

HABEAS CORPUS Nº 492.997 - RS (2019/0040087-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : JEAN DE MENEZES SEVERO
ADVOGADO : JEAN DE MENEZES SEVERO - RS060118
IMPETRADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE SANTA CRUZ DO SUL - RS
PACIENTE : EVERTON DANIEL FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por JEAN DE MENEZES SEVERO, em favor de EVERTON DANIEL FERREIRA DOS SANTOS, que se encontra preso, no qual indica como autoridade coatora o Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Limeira/SP.

Em sua petição, requer o impetrante a concessão da ordem a fim de que cesse o constrangimento ilegal que o paciente afirma sofrer.

É o relatório. Decido.

A impetração aponta como autoridade coatora juiz de primeiro grau, o que afasta a competência originária do Superior Tribunal de Justiça para análise do pedido. Com efeito, o *habeas corpus* deveria ter sido dirigido à autoridade hierarquicamente superior àquela de onde provém o alegado constrangimento ilegal, para não ocorrer indevida supressão de instância.

Assim sendo, o pedido, por não se enquadrar no disposto no art. 105, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, não pode ser conhecido pelo STJ.

Nesse sentido, confira-se este julgado:

HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ARTS. 240 E 241-A DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO E RISCO DE NOVA RESTRIÇÃO DA LIBERDADE. FALTA DE MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. VEDAÇÃO AO *HABEAS CORPUS PER SALTUM*. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. A única manifestação levada a efeito pelo Tribunal local diz respeito à prejudicialidade da impetração, pela concessão de liberdade provisória ao paciente.

2. Fica impossibilitada a manifestação deste Sodalício, sobrepujando a competência da Corte Estadual, sob pena de configuração do chamado *habeas corpus per saltum*, a ensejar verdadeira supressão de instância e violação aos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal substancial.

3. Ante a falta de manifestação do Colegiado Estadual, percebe-se a incompetência desta Corte Superior para o processamento e julgamento deste

writ, já que inexistente ato a ser imputado à autoridade coatora, nos termos do art. 105, I, alínea 'c', da Constituição Federal, bem como do art. 13, I, alínea 'b', do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

4. *Habeas corpus* não conhecido. (HC n. 360.513/TO, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 1º/9/2016.)

Ante o exposto, **com fundamento no art. 21-E, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, declaro a incompetência do STJ Corte para processar e julgar o presente *writ* e determino a remessa dos autos ao tribunal de origem.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente